

Os homens e a violência nas relações afetivo/conjugais

Sandra Maria Pinheiro de Freitas Coelho¹
Secretaria Municipal de Assistência Social de Londrina, PR

Cássia Maria Carloto²
Universidade Estadual de Londrina

Resumo: O presente estudo buscou conhecer e analisar a construção da masculinidade referente à cultura de homens pertencentes às camadas populares, visando compreender como esse processo interfere na concepção de idéias, visões de mundo, valores e significados, culminando em relações violentas cronificadas no âmbito afetivo/conjugal. Trata-se de uma abordagem qualitativa cujos dados foram coletados por meio de quatro entrevistas em profundidade semi-estruturadas, com homens envolvidos em relações afetivo/conjugais heterossexuais. As percepções individuais do casamento e dos arranjos familiares, sociais e culturais foram elementos importantes para a análise. O estudo apontou que as práticas heterossexuais violentas se constroem a partir de significados atribuídos à masculinidade e à feminilidade que apresentam ambigüidades, tais como, afetividade, carinho, sedução, poder, raiva, virilidade, irracionalidade, racionalidade, entre outros sentimentos.

Palavras-chave: violência conjugal, gênero, masculinidade

O processo de cronificação da violência entre homens e mulheres no âmbito das relações afetivo-conjugais tem sido abordado por alguns(mas) autores(as) que denominam de perversa essa característica de repetição dos episódios agressivos (LANGLEY E LEVY,1980; GUERRA, 1998; GROSSI,1996; FARIA E NOBRE, 1997). Uma considerável parte desses estudos busca compreender as razões que levam a mulher a se manter na situação de violência. Nobre e Faria (1997), por exemplo, afirmam que o que contribui para a manutenção das mulheres nesse “ciclo de violência” seria a “impunidade dos agressores, a transformação da vítima em ré..., o silêncio das mulheres agredidas, a idéia sobre a inferioridade das mulheres...dependência, os sentimentos de desvalorização e de culpa que acabam fazendo com que a mulher acredite que não há saída”. (p.19)

Segundo relatório anual (Londrina, 2002) do Centro de Atendimento à Mulher “25 de Novembro” (CAM), um serviço público de Londrina que atua na área de violência doméstica, as mulheres demoram de 01 semana a 38 anos para buscar o primeiro atendimento, ou seja, dos 430 novos casos atendidos no ano de 2002, foram

¹ Assistente social, mestre em Serviço Social e Políticas Sociais pela Universidade Estadual de Londrina. E-mail: sandrafcoelho@sercomtel.com.br

²Docente no Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina-PR; Doutora pela PUC-SP.

identificadas situações em que a mulher demorou cerca de 40 anos para tomar uma decisão visando ao rompimento do ciclo da violência conjugal.

Essa situação é de extrema gravidade, o que implica em aprofundar os conhecimentos sobre os dois lados das relações afetivo/conjugais heterossexuais a fim de buscar alternativas para a superação da violência. Para abordarmos estas relações a partir de uma perspectiva masculina, procuramos inicialmente resgatar alguns estudos que tratam da construção da masculinidade, que surgiram com maior intensidade a partir da década de 1990.

Autores como Connel (1995) e Almeida (1995) trabalham com a idéia de várias masculinidades que são identificadas como hegemônica, subordinada, cúmplice e marginalizada, sendo a idéia de masculinidade hegemônica a mais desenvolvida e a que mais nos interessa abordar para fins desse estudo.

Para esses autores a masculinidade hegemônica seria aquela que garante a reprodução das situações de dominação dos homens em relação às mulheres. A masculinidade subordinada diz respeito à dominação e à subordinação entre grupos de homens, como, por exemplo, a dominação dos homens heterossexuais e a subordinação dos homossexuais. A masculinidade cúmplice se define pela ligação com o projeto de masculinidade hegemônica, mas sem assimilá-la totalmente. A masculinidade marginalizada se refere à relação entre as masculinidades e as classes ou grupos étnicos dominantes e subordinados.

Connel (1995) enfatiza que a masculinidade hegemônica não tem um caráter fixo ou igual, pois é uma masculinidade que ocupa a posição hegemônica em um dado padrão de relações de gênero sendo, portanto, uma posição sempre contestável. Explica que a hegemonia, a subordinação e a cumplicidade constroem dimensões internas da ordenação de gênero e que a inter-relação entre gênero e as outras estruturas, como a classe, a raça/etnia, cria relacionamentos entre masculinidades fixas, pois são recriadas pela dinâmica social onde todas as dimensões estão simultaneamente em relação umas com as outras.

Almeida (1995), um dos autores que compartilham as idéias de Connel (1995), considera que a masculinidade hegemônica envolve um discurso que atribui aos homens privilégios de dominação e superioridade social. Assim, o patriarcado seria uma ordem de gênero específica na qual a masculinidade hegemônica definiria a inferioridade do feminino e das masculinidades subordinadas.

Costa (2002), ao abordar a questão da masculinidade hegemônica, faz referência ao discurso de Cornwall e Lindsfarne (1996), que afirmam existir vários modelos de masculinidade hegemônica competindo entre si e que entendem que as masculinidades hegemônicas distintas podem produzir diferentes masculinidades subordinadas, exemplificando que, dependendo do contexto, revidar fisicamente a um insulto pode ser visto como prova de masculinidade ou, ao contrário, ser prova de masculinidade não revidar à agressão e controlar os impulsos. Argumentam que cada situação integra um processo contínuo onde pessoas negociam posições relativas de poder como indivíduos e como representantes de categorias sociais, tais como, gênero, idade, classe ou raça.

Esse padrão de masculinidade hegemônica, que representa a estrutura de poder das relações sexuais, desqualifica os comportamentos masculinos que não se ajustam a seus princípios, ocultando um processo de luta contínuo que envolve “mobilização, marginalização, contestação, resistência e subordinação das modalidades de ser masculino que não são sancionadas pela matriz hegemônica”. Esta, por sua vez, é centrada no heterossexualismo, o que contribui para a construção de tipos subordinados de masculinidade. Nesse processo, “a masculinidade hegemônica é sustentada e mantida por um amplo segmento da população masculina em função da gratificação fantasiosa de fazer parte do poder que ela proporciona”. Além disso, pode retirar daí benefícios, tais como melhores salários em relação às mulheres em cargos que demandam as mesmas funções (CARRIGAN, CONNEL e LEE, 1985, apud OLIVEIRA, 1998, p.104).

Almeida (1996) argumenta que a masculinidade hegemônica seria um modelo cultural ideal que, não sendo atingido por nenhum homem, exerce poder controlador sobre os homens e também sobre as mulheres.

Essas discussões referentes a diversas formas de masculinidades são importantes na medida em que nos remetem à reflexão de que existem diversos fatores que contribuem para a construção da masculinidade, ou seja, existe uma conjunção entre atributos que derivam do sexo, da classe social, raça, etc., contrariando a perspectiva universalista a respeito da dominação masculina. Isto é, esses padrões de masculinidades não são fixos, mas construídos através de práticas sociais em situações específicas e passíveis de mudanças, estando dependentes das inserções dos homens na estrutura social, política, econômica e cultural, além das configurações que formam as relações de gênero, o que possibilita a mudança social nas relações desiguais entre homens e mulheres (CONNEL, *ibidem*).

Nesse sentido, ressaltamos a importância dos estudos sobre masculinidades que incorporem a perspectiva de gênero, enfocando suas análises nas relações estabelecidas entre homens e mulheres e nas mediações masculino e feminino, ou seja, a partir da compreensão defendida por Costa (2002, p.228) de que “homens e mulheres compartilham os valores culturais e constrangimentos de uma mesma sociedade”, e que “nesse processo, homens e mulheres aprendem a respeito um do outro, pois se gênero é constituído relacionalmente, aprender a ser homem traz em seu bojo aprender o que é ser mulheres, e vice-versa”.

Metodologia

É a partir dessa compreensão que elaboramos a análise da fala de homens autores de violência doméstica cujas companheiras relatam vivenciar o ciclo da violência em relações afetivo/conjugais. São homens pertencentes a camadas populares que concordaram em falar sobre seus pensamentos e visões de mundo, a partir do universo masculino.

Para a coleta de material do estudo foi realizada uma pesquisa documental, considerando a relevância dos registros históricos e das fichas de acompanhamento da população usuária do Centro de Atendimento à Mulher “25 de novembro” (CAM). Preliminarmente consultamos o relatório anual de 2002, visando obter um conhecimento mais preciso do perfil da demanda atendida. Constatamos que nesse período foram registrados 430 novos casos com relatos de violência no âmbito das relações afetivo/conjugais. Selecionamos aqueles que apresentavam tempo de violência igual ou superior a dez anos, período considerado por nós inquestionável para caracterizar o ciclo da violência, já que não conseguimos localizar estudos que o definissem. Foram identificadas 84 fichas de atendimento que se enquadravam nesse critério.

Submetemos essas fichas a um estudo quantitativo para traçar o perfil dos homens cujas mulheres foram atendidas pelo CAM. Em resumo, os dados coletados demonstraram que a maioria dos homens tinha idade entre 31 e 50 anos, o nível de escolaridade concentrava-se entre analfabeto e o primeiro grau incompleto, e 86% tinha renda individual inferior a três salários mínimos.

O trabalho de coleta de dados junto a esses homens, sujeitos da pesquisa qualitativa, foi desenvolvido a partir da realização de quatro entrevistas³ em profundidade semi-estruturadas orientadas por um roteiro prévio. Os dados foram colhidos nas entrevistas semi-estruturadas a partir de dois eixos. O primeiro, o significado do casamento e as relações familiares, e o segundo, a violência conjugal.

A seguir discorreremos sobre os aspectos e as questões que nos permitiram refletir sobre o tema proposto e chegar aos resultados e às conclusões desse trabalho.

Resultados e Discussões

Esta discussão está centrada na violência masculina praticada contra as mulheres no âmbito das relações afetivo/conjugais heterossexuais a partir da fala dos quatro sujeitos dessa pesquisa. A análise é complexa e envolve elementos para repensar os fundamentos que têm reforçado a desigualdade de gênero em algumas sociedades, especialmente a violência doméstica e sexual contra as mulheres, a mais grave de suas manifestações.

As entrevistas apontaram que a percepção individual do casamento e dos arranjos familiares, sociais e culturais que o compõem se tornam elementos importantes para a compreensão da ocorrência da violência no âmbito das relações afetivo/conjugais, sendo que alguns aspectos chamaram a atenção na análise das quatro entrevistas e remeteram para algumas similaridades.

³ A maioria dos sujeitos contatados demonstrou resistência em participar do estudo alegando causas diversas. Dessa forma, foram realizadas 23 abordagens até obtermos a concordância dos quatro entrevistados.

As narrativas dos quatro sujeitos entrevistados evidenciaram que no imaginário simbólico de todos ainda está presente o modelo tradicional do casamento nas sociedades ocidentais, construído a partir de um modelo heterossexual com diferenças concebidas como naturais. Descreveram o projeto matrimonial como constituído por um homem e uma mulher, com previsão futura de constituição de família, procriação, estabilidade, segurança e atribuições claramente definidas entre os sexos a partir das marcas de gênero.

Nesse sentido, competia aos homens entrevistados enquanto maridos representar um modelo de masculinidade que apresentasse como características principais: responsabilidade para chefiar e manter a família, capacidade de gerar filhos (as) e, em especial, saber como defender a sua honra e virilidade. Das mulheres, esperavam que fossem donas de casa, mães orientadas para a procriação, cuidadosas, fiéis e disponíveis para o relacionamento sexual.

Esse modelo de conjugabilidade demonstrou exercer forte influência na rotina familiar e social dos entrevistados, que trouxeram elementos confirmando essa idealização. Quando abordados sobre o significado do casamento, expressaram seus sentimentos. Antônio⁴, em tom de angústia, “pensei que era para sempre, mas tá dentro da cabeça da gente”. Gilberto falou, em tom de decepção, “a única coisa que segura é o amor” e complementou: “se casamento fosse bom não precisava de testemunha”. José não se conformava com a separação, afirmando em tom de tristeza: “ela quer a separação”, e João, dizendo-se traumatizado, comentou: “Acho que é legal [...], só que tanto trauma que a gente fica mal”.

Quanto à paternidade, para a maioria dos entrevistados sobressaiu a função ou obrigação econômica no sentido de provimento da prole em detrimento das relações afetivas. Em proporções diferentes, os quatro entrevistados demonstraram não ter conseguido alcançar o status, o valor e o prestígio dessa construção social da paternidade, provocando sentimentos de impotência, sofrimento, equívocos e dúvidas em diferentes níveis.

A afetividade e o cuidado foram sentimentos que se apresentaram estranhos aos seus comportamentos, conforme demonstraremos a seguir. Antônio, diante das crises do filho em função da dependência química, recorreu à polícia. Gilberto que, como os demais, não poupou os filhos (as) das cenas de violência, omitiu qualquer sentimento em relação aos meninos. José, que demonstrou sofrimento diante das perdas econômicas, lamentou não poder cumprir a função de provedor da prole e, por fim, João utilizava recursos equivocados na tentativa de estabelecer uma relação afetiva com os filhos. Acreditava que comprando presentes estaria manifestando seu afeto; entretanto, parecia mais uma disputa com a ex-companheira e a busca de uma cumplicidade que não existia.

As práticas sexuais e reprodutivas dos homens entrevistados também foram objetos dessa síntese. Em suas falas, Antônio, Gilberto, José e João explicitaram o poder que buscavam exercer sobre a vida reprodutiva e sexual das mulheres, embora

⁴ Todos os nomes utilizados nas entrevistas são fictícios.

delegassem a elas a responsabilidade pela contracepção, como se esta função fosse natural e exclusiva das mulheres.

Referente a esse tema, quando indagado sobre o uso de método contraceptivo, João respondeu que se submeteu à cirurgia de vasectomia para proteger a saúde de Tânia. Sobre esta questão é importante ressaltar que, segundo registros do CAM, ela informou que não poderia mais engravidar porque tinha seqüelas resultantes de uma surra que levou de Gilberto em período gestacional.

Esse fato apresentou similaridade com a vida conjugal de João e Rita, onde a violência no período gestacional provocou um aborto de gêmeos no sétimo mês de gravidez⁵.

As narrativas confirmam que a violência esteve presente na vida conjugal de todos os sujeitos entrevistados, variando de forma e intensidade, associando-se a diferentes sentimentos e situações. Desconfiança, desonestidade, infidelidade, traição e ciúme apareceram como sentimentos que lhes causavam uma sensação de quase irracionalidade, mesmo enquanto uma possibilidade na esfera da imaginação. O medo da traição apareceu como um “fantasma” que os rondava e ameaçava colocar em dúvida aquilo que lhes era motivo de dignidade e estima: o conceito de honra masculina.

Segundo a definição do *Dicionário Aurélio*, honra significa sentimento de dignidade moral que faz agir de modo a conservar a própria estima e merecer a dos outros; pudor ou castidade de alguém; virgindade; pureza; inocência.

Em suas narrativas os homens entrevistados deixaram bastante claro que, para a garantia da honra, sentimento exigido pela tradição da família, do casamento, das instituições e da sociedade, a violência era um método utilizado cotidianamente.

Nas cenas de violência a face apresentou-se como a parte do corpo das mulheres preferencialmente atingida pelos companheiros, situação presente em todas as entrevistas. Antônio falou de seu desejo incontrolável de quebrar os dentes de Isabel. Gilberto, de posse de um facão, retalhou o rosto de Tânia. José desferiu um “pé do ouvido” em Lúcia e Gilberto agrediu com murros o rosto de Rita.

As agressões verbais também foram utilizadas e, na maioria das vezes, antecedendo as físicas. Desse cenário participaram tanto os maridos como as esposas, ambos apresentando dificuldades para resolver as situações de conflito familiar. As mulheres pareciam participar mais acirradamente das discussões verbais, revidando as agressões físicas apenas como uma estratégia de defesa. Os homens não vacilavam diante de um impasse não resolvido por meio do diálogo e recorriam à agressão física,

⁵ Uma pesquisa realizada na cidade de São Paulo de 1989 a 1992 constatou que 11,2% das mulheres assassinadas estavam nessa fase, sendo levantada a hipótese de a violência doméstica começar ou intensificar com a gravidez. Segundo Oliveira e Vianna, autoras do estudo, a gravidez pode provocar alguns sentimentos em alguns homens, como abalar a sua virilidade em especial, pelas mudanças causadas no corpo da mulher nesse período; sentimentos de rejeição; redução da libido sexual e intolerância em relação a enjôo, indisposição, entre outros sintomas comuns em algumas mulheres no decorrer da gestação (OLIVEIRA e VIANA apud GUERRA, 1998).

justificando a existência de um sentimento irracional que os impedia de evitar a cena de violência.

Os prejuízos causados por essas relações violentas à vida social e à saúde das famílias dos quatro entrevistados foram muitos, ficando evidenciado que ninguém saiu ileso. Os(as) filhos(as) apresentaram sofrimento, angústia, desespero, dificuldade escolar, dependência química, comportamento hiperativo, entre outros.

Percebeu-se também que os problemas de saúde provenientes dessa situação afetaram os homens e não somente as mulheres, contrariando a maioria dos estudos que tratam do tema. Antônio falou que passou a sofrer de hipertensão e síndrome do pânico após longos anos convivendo com a violência.

O controle da liberdade e da vida social das mulheres foi outro elemento que destacamos como causador de significativas perdas. Antônio confessou já ter agredido a esposa pelo fato de a mesma tê-lo desobedecido. João relatou a cena de violência desencadeada pelo fato de a mulher ter-se atrasado no horário de chegada da escola. Izabel, Tânia, Lúcia e Rita tiveram suas vidas sexual e reprodutiva sob vigilância.

Outro elemento seria o uso de bebida alcoólica, identificado nos relatos de Gilberto, José e João⁶. Pesquisas sobre o tema apontam a maior prevalência do uso de álcool entre o sexo masculino⁷. Entretanto, esse fato não deve ser utilizado como justificativa para a ocorrência da violência contra a mulher, mas como mais um elemento relacionado ao status de masculinidade pelo falso prestígio que proporciona. Destacamos também o álcool como um fator coadjuvante na ocorrência desses episódios de violência em razão das alterações comportamentais que provoca, podendo potencializar o comportamento agressivo.

Em artigo resultante de uma pesquisa qualitativa com famílias que vivenciaram situações de violência doméstica, Muszkat argumenta que:

Na área da saúde há uma tendência de associar o homem violento a categorias psicopatológicas, ao alcoolismo ou algum defeito de personalidade. Do ponto de vista jurídico, tudo nisso seria um atenuante em relação à culpabilidade do sujeito. De resto, esta é uma das atitudes preferenciais como já dissemos mostradas pelos homens interpelados: negam sempre sua responsabilidade em relação ao ato, seja usando o álcool como justificativa, seja colocando na mulher ou nos filhos a responsabilidade sobre as causas (dizem ter sido provocado na sua ira ou na sua sexualidade: “Ela me provoca”, “não consigo me controlar”, “fico tomado por uma outra entidade”).

⁶ Segundo registros referentes ao ano de 2002 do CAM, 61,9 % das mulheres atendidas apontaram que seus companheiros faziam uso de substâncias que causavam dependência química e 38,10% alegaram que não o faziam.

⁷ Estudo de NUNES, S. O.V., et al, sobre a prevalência de dependência de álcool e tabaco em quatro regiões da cidade de Londrina, por meio de uma amostra aleatória, totalizando 42.517 pessoas, comprovou que o sexo masculino teve maior prevalência que o feminino na dependência de álcool a tabaco. Revista de Psiquiatria Clínica, v.26, n.3, maio/junho, 1999. Ressalta-se, também, a análise dos prontuários de adolescentes em tratamento de 1993 a 2000 em um centro público da cidade de São Paulo, sendo revisados 105 prontuários, foi encontrada maior prevalência entre o sexo masculino, atraso escolar e envolvimento com a polícia. Os dados sugerem que as conseqüências comportamentais do uso de drogas no sexo femininos são menos evidentes que no sexo masculino GIUSTI, J. et. al (2002).

Racionalização e negação são os mecanismos que invariavelmente usam como defesa própria (MUSZKAT, 1998, p.228).

A raiva, o ódio e a perda do controle são sentimentos identificados nas narrativas que apareceram intensamente associados à inevitabilidade das cenas de violência. Expressões como “esquentar a moleira”, “chegar em casa com a cabeça quente”, “minha cabeça tava rodando”, “alguma coisa tava acumulada dentro de mim” e “o bicho pegava” misturavam-se a esses sentimentos, numa nítida demonstração da dificuldade que apresentaram para lidar com as cenas de conflitos familiares. Esses repertórios circulavam no imaginário social dos homens entrevistados e podem ser utilizados como indicadores da construção da noção de “masculinidade” a partir do campo da violência nas relações conjugais, comprovando que a construção social de gênero se inscreve no corpo e também na linguagem.

Ressaltamos que, dentre os quatro entrevistados, apenas Antônio identificou a situação de violência cronicada, procurando desvendar as razões que, por vinte e cinco anos, o teriam mantido nessa relação. Arriscou diversas opiniões: quadro doentio; burrice; anormalidade; a infância submetida a cenas de violência; uma forma de desabafo e de descontar sua raiva na companheira; medo de a mulher se envolver com outro homem. Como última tentativa, arriscou: “acho que é uma auto-agressão”.

Antônio desenvolveu seu raciocínio na tentativa de emitir um juízo crítico em relação a suas atitudes violentas. Acreditamos que tal postura relaciona-se ao fato de que, dos quatro entrevistados, apenas ele havia passado por uma orientação, mesmo que breve, no Centro de Atendimento à Mulher. Entretanto, embora estivesse consciente de seus atos e os identificasse como violência, não conseguia modificar a sua conduta.

Gilberto e José, quando abordados sobre a existência de situações de violência, responderam de forma vaga, apresentando seus relatos fixados em situações que remeteram a dois tempos de suas histórias de vida conjugal. Ambos descreveram um passado que tinha como projeto a constituição de uma família e que, no presente, foi abortado. As razões apresentaram-se distintas. Gilberto, de posse de um facão, desfigurou a mulher visando à defesa de sua honra. José tornou-se dependente alcoólico e perdeu o emprego e, em sua concepção de masculinidade, também a honra, representada pela capacidade de prover e ser viril. Atualmente, sua maior preocupação consiste em perder a mulher, temendo a infidelidade.

João, o último entrevistado, quando indagado sobre os episódios de violência conjugal, esquivou-se da culpa na maioria das vezes, mas a violência esteve presente no decorrer de quase todas as cenas de seus relatos, evidenciando que por anos seguidos o fato se repetiu em seu cotidiano familiar. Assim como Gilberto, apresentou-se como um companheiro compreensivo e conciliador, que buscava na religião o alívio para seus atos.

O que chama a atenção na análise desses relatos é o fato de a principal questão não se resumir só na dificuldade de esses homens perceberem a gravidade do ato, mas de identificar e reconhecer os seus atos como violentos. Essa percepção confirma que os valores dos padrões de masculinidade que autorizam os homens a agir com violência estão fortemente sedimentados no plano do subjetivo, apresentando-se naturalizados e

banalizados. Entendemos que permanecer nessa condição inviabiliza qualquer possibilidade de mudanças para o próprio autor da violência, implicando a necessidade de buscar mecanismos que invertam esse quadro.

Almeida (1998) contribui com essa reflexão quando manifesta sua preocupação com a questão identitária do discurso masculino, em que alguns indivíduos se autodefinem como homens, o que o levou à seguinte reflexão:

A questão para mim era, por um lado, quais são as zonas de interação social, onde se usam justificativas que não recorrem à masculinidade no sentido local, quer dizer, “faço isso... sou isto... porque sou homem”, aqueles que misturam as duas coisas: trabalhador e homem, ou trabalhador porque homem, ou homem porque trabalhador, etc. E, por outro lado, aqueles casos em que só se usa o signo homem como qualquer coisa de essencialista que define a identidade em última instância, essa do Reich, ou essa do Bourdieu, do capital da masculinidade como último recurso (ALMEIDA, 1998, p.223).

Observa-se nas entrevistas uma considerável ambigüidade, pois, ao tentarem entender ou justificar um modelo de organização familiar e a manutenção das relações conjugais violentas, as percepções dos homens enfocados nessa pesquisa demonstraram uma mistura de sentimentos que demonstraram fragilidade, romantismo e carências com outros que representavam imposição, força e poder. Ou seja, nem sempre correspondendo a modelos ou padrões de masculinidades, mas a formas de manifestação de seus sentimentos que são construídos a partir das relações de gênero. Essa situação esteve bastante presente no discurso dos quatro entrevistados, em especial quando se referiram às estratégias utilizadas para buscar a reconciliação.

A sedução apresentou-se no discurso da maioria dos entrevistados como um ritual envolvendo atitudes que se processavam na busca de um desejo bastante concreto, a reconciliação. Nesse sentido, a razão dos fatos que levaram àquela situação de violência é ignorada e banalizada, como se dela não houvesse nenhuma conseqüência. Tornou-se corriqueiro e até mesmo trivial para o casal a repetição cronificada das cenas como se fosse parte de um teatro, num desenrolar contínuo de ações de violência, sedução e reconciliação, uma tragédia onde os personagens encontravam-se cotidianamente, tendo ao fundo o mesmo cenário.

A sedução e a sexualidade misturavam-se nesse ritual e pareciam se integrar a um padrão de comportamento onde cada parte tinha um significado e cada significado uma determinada valoração. Nessa composição, a virilidade enquanto um atributo cultural da masculinidade exerceu quase que um fascínio e foi corporificada na rotina de vida de cada um dos sujeitos entrevistados, não importando o custo para sua manutenção. Assim, ver ameaçado o controle sobre a relação heterossexual, seja na dimensão imaginária ou concreta, podia desencadear situações de violência, mas também de sedução.

Após os episódios de violência, as narrativas apontaram que, além da sedução sexual, os entrevistados utilizaram outros recursos para conseguir a reconciliação, ressaltando a delicadeza e o carinho em seus comportamentos. Antônio mandava flores

e escrevia cartas de amor. Gilberto fazia compras, prometia presentes e também escrevia cartas de amor. João apelava para a Igreja e usava o pastor como um outro recurso. José já não conseguia exercer sua virilidade para seduzir, pois lhe faltavam os dois principais atributos valorizados pela maioria das culturas das sociedades ocidentais: o corpo viril e o status econômico.

Oportunizar a esses quatro homens a expressão das estruturas de gênero, a partir de seu cotidiano de vida conjugal, demonstrou a percepção que eles tinham da masculinidade e da feminilidade, o que se constituiu num importante elemento para a compreensão da violência presente no âmbito das relações afetivo/conjugais.

Conclusão

A partir dessas falas, entendemos que não existe uma masculinidade hegemônica universal, mas que, no imaginário dos sujeitos dessas entrevistas, ainda está fortemente enraizado um modelo de ser homem, onde a valorização de características como virilidade e poder tem forte relação com comportamentos agressivos e dominadores. Reafirmamos que o grande equívoco está no fato de compreender que esse modelo é universal, não levando em consideração a teia de relações sociais, políticas, econômicas e culturais que são mantidas justamente para garantir essas formas de comportamentos inalterados.

Sinalizamos também que outras categorias como a classe e a raça permeiam as condutas e atitudes de homens e mulheres, interferindo em suas relações afetivas e contribuindo para a ocorrência de situações de violência.

As ações de manutenção ou ruptura de padrões culturais do ser masculino ou feminino apresentam sentidos múltiplos que podem fornecer subsídios para a manifestação ou a construção de outros sentidos para a masculinidade e a feminilidade envolvendo homens e mulheres como atores desse processo.

Assim, as formulações de gênero implicam pensar os significados que nós atribuímos ao conceito de natural e a oposição que estabelecemos com o social ou cultural. Conforme assinalado por Butler, “o corpo culturalmente construído será então liberado, não de seu passado ‘natural’, nem de seus prazeres originais, mas estará aberto ao futuro de possibilidades culturais” (apud RAMIREZ, 2002, p.142).

Por fim, entendemos que esse estudo foi importante na medida em que aproximou nosso conhecimento das práticas sociais masculinas e confirmou a necessidade de levar em consideração o olhar masculino nos estudos que se propõem a discutir a construção das relações de gênero em nossa sociedade.

Não existem respostas suficientes para todas essas questões, mas sabemos que as possibilidades de construção são infinitas e dependem de nossa capacidade de inovação, comprometimento social e da luta coletiva. Assim, conforme sinaliza Stolcke (2002), é fundamental que se valorize o lugar da ação política.

COELHO, S. M. P. de F.; CARLOTO C. M.. Men and violence in affective/marital relationships. *Revista de Psicologia da UNESP*, n 2, p. 87-98, 2003.

Abstract: *The present study tried to recognize and analyze the construction of masculinity in the culture of men belonging to popular layers, aiming at the comprehension of how this process interferes in the conception of ideas, points of view, values and meanings, culminating in violent relationships presented on affective/marital scope. It is a qualitative approach whose data were gathered from four in depth semi-structured interviews with men involved in heterosexual affective-marital relationships. The individual perception of marriage and family, social and cultural arrangements were important elements for the analysis. The study pointed out that violent heterosexual practice are built grounded on meanings attributed to masculinity and femininity, which present ambiguities, such as affection, fondness, charm, power, anger, virility, irrationality, rationality, among other feelings.*

Keywords: *marital violence, gender, masculinity.*

Referências Bibliográficas

ACOSTA, F.; BARKER, G.B. *Homens, violência de gênero e saúde sexual e reprodutiva: um estudo sobre homens no Rio de Janeiro/Brasil*. Instituto NOOS de Pesquisas Sistêmicas e Desenvolvimento de Redes Sociais e Instituto PROMUNDO. Rio de Janeiro, 2002.

ALMEIDA, M.V. *Senhores de si: Uma interpretação antropológica da masculinidade*. Lisboa: Fim de século, 1995.

ALMEIDA, M.V. “Flores do Colonialismo”: Masculinidades numa perspectiva antropológica. In: BESSA, K. A. (Org.). *Trajetórias do Gênero, Masculinidades... Cadernos Pagu (11)*. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP.1998. p.201-229.

CONNEL, R.W. Políticas da Masculinidade. *Educação e Realidade*, v.20, nº 2, UFRS, Porto Alegre, 1995. Gênero e Educação.

COSTA, R. G. Mediando Oposições: sobre a crítica aos estudos de masculinidades. In: ALMEIDA, H. B. et al. (Orgs.). *Gênero em Matizes. Coleção Estudos CDAPH. Série História & Ciências Sociais*. São Paulo, Universidade de São Francisco, p. 213-241, 2002.

FARIA, N. E NOBRE, M. *Gênero e Desigualdade*. São Paulo: *Caderno Sempre Viva*, 1997.

- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. São Paulo: Nova Fronteira, 1999.
- GROSSI, P.K. Violência Contra a Mulher: implicações para os profissionais de saúde. In: LOPES, J.M.P.; MEYER, E.M.; WALDOW, V.R. (Orgs.). *Gênero e Saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- GUERRA, C. *Descortinando o poder e a violência nas relações de gênero*. 1998. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, São Paulo.
- LANGLEY, R.; LEVY R, C. *Mulheres espancadas: fenômeno invisível*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- LONDRINA. Prefeitura Municipal de Londrina. Secretaria Municipal da Mulher. *Relatório Anual das Atividades do Centro de Atendimento à Mulher 25 de Novembro*. Londrina, 2002.
- MUSZKAT, M. E. Violência de gênero e paternidade. In: ARILHA, M.; UNBEHAUM, S.; MEDRADO, B. (Orgs.). *Homens e Masculinidades: outras palavras*. São Paulo: ECOS, 1998. p.215-255.
- NUNES, S. O.V., *et al*, A história familiar e a prevalência de dependência de álcool e tabaco em área metropolitana da região Sul do Brasil. *Revista de Psiquiatria Clínica*. São Paulo, v.26, n.3, maio/junho, 1999.
- OLIVEIRA, P.P. Discursos sobre a masculinidade. *Revista Estudos Feministas* 6, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais-FCS/UFRJ, vol.6 N.1/98.
- PAULILO, A. S. e JEOLÁS, L.S. Jovens, Drogas, Risco e Vulnerabilidade: aproximações teóricas. *Serviço Social em Revista*, Universidade Estadual de Londrina, v.3, n.1, p.39-60, jul./dez.ed. UEL, 2000.
- RAMIREZ, M.C. Do Centro à Periferia. Os diversos lugares da reprodução nas teorias do gênero In: ALMEIDA H.B.; COSTA, et al (Orgs.) *Gênero em Matizes*. Coleção Estudos CDAPH. Bragança Paulista: Universidade de São Francisco. 2002. p.115-148.
- STOLCKE, V. Posfácio: O negócio das diferenças. In : ALMEIDA H. B.; RAMIREZ, M.C.; SOUZA, E.R. (Orgs.). *Gênero em Matizes*. Coleção Estudos CDAPH. São Paulo: Universidade de São Francisco, 2002.